



LEI Nº 334/2017

De, 25 de Julho de 2017

**DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES
PARA A ELABORAÇÃO DA LEI
ORÇAMENTÁRIA PARA O
EXERCÍCIO DE 2018, E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O **PREFEITO MUNICIPAL DE ARACATI**, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a **CÂMARA MUNICIPAL DE ARACATI** aprovou e ele sancionou e promulgou a seguinte Lei:

Art. 1º - Esta Lei fixa as Diretrizes Orçamentárias do Município para o exercício de 2018, com estrita observância as diretrizes fixadas nesta Lei, aos princípios estabelecidos, na Constituição Federal, na Lei Orgânica do Município de Aracati, as recentes Portarias editadas pela Secretaria do Tesouro Nacional, à legislação vigente, em especial a Lei nº 4.320/64 e a Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, compreendendo:

- I - as Metas Fiscais;
- II - as Prioridades da Administração Municipal;
- III - a Estrutura dos Orçamentos;
- IV - as Diretrizes para a Elaboração do Orçamento do Município;
- V - as Disposições sobre a Dívida Pública Municipal;
- VI - as Disposições sobre Despesas com Pessoal;
- VII - as Disposições sobre Alterações na Legislação Tributária; e
- VIII - as Disposições Gerais.

I - DAS METAS FISCAIS

Art. 2º - Em cumprimento ao estabelecido no artigo 4º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, as metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para o exercício de 2018, estão identificados nos Demonstrativos desta Lei, em conformidade com a Portaria STN nº 840, de 21 de dezembro de 2016, 7ª. Edição.

Art. 3º - O orçamento anual do Município abrange os Poderes Executivo e Legislativo, seus Fundos, Órgão, Entidades da Administração Direta e Indireta que recebem recursos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.



Art. 4º - O Anexo de Riscos Fiscais, § 3º do art. 4º da LRF, obedece as determinações do MANUAL DE DEMONSTRATIVOS FISCAIS da Portaria STN nº 840, de 21 de dezembro de 2016, 7ª Edição.

Art. 5º - Os Anexos de Riscos Fiscais e Metas Fiscais desta Lei, constituem-se dos seguintes:

01.00.00 PARTE I - ANEXO DE RISCOS FISCAIS.

01.01.00 DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS.

02.00.00 PARTE II - ANEXO DE METAS FISCAIS.

02.01.00 DEMONSTRATIVO 1 - METAS ANUAIS.

02.02.00 DEMONSTRATIVO 2 - AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR.

02.03.00 DEMONSTRATIVO 3 - METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES.

02.04.00 DEMONSTRATIVO 4 - EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.

02.05.00 DEMONSTRATIVO 5 - ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS.

02.06.00 DEMONSTRATIVO 6 - AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES.

02.07.00 DEMONSTRATIVO 7 - ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA.

02.08.00 DEMONSTRATIVO 8 - MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO.

Parágrafo Único - Os Demonstrativos referidos neste artigo serão apurados em cada Unidade Gestora e a sua consolidação constituirá nas Metas Fiscais do Município.



RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS

Art. 6º - Em cumprimento ao § 3º do Art. 4º da LRF a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO 2018, deverá conter o Anexo de Riscos Fiscais e Providências.

METAS ANUAIS

Art. 7º - Em cumprimento ao § 1º, do art. 4º, da Lei de Complementar nº 101/2000, o Demonstrativo 1- Metas Anuais, será elaborado em valores Correntes e Constantes, relativos à Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal e Montante da Dívida Pública, para o Exercício de Referência 2018 e para os dois seguintes.

§ 1º - Os valores correntes dos exercícios de 2018, 2019 e 2020 deverão levar em conta a previsão de aumento ou redução das despesas de caráter continuado, resultantes da concessão de aumento salarial, incremento de programas ou atividades incentivadas, inclusão ou eliminação de programas, projetos ou atividades. Os valores constantes, utilizam o parâmetro do Índice Oficial de Inflação Anual, dentre os sugeridos pela Portaria nº 840/2016 da STN.

§ 2º - Os valores da coluna "% PIB" são calculados mediante a aplicação do cálculo dos valores correntes, divididos pelo PIB Estadual, multiplicados por 100.

AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

Art. 8º - Atendendo ao disposto no § 2º, inciso I, do Art. 4º da LRF, o Demonstrativo 2 - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior, tem como finalidade estabelecer um comparativo entre as metas fixadas e o resultado obtido no exercício orçamentário anterior, de Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal, Dívida Pública Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, incluindo análise dos fatores determinantes do alcance ou não dos valores estabelecidos como metas.

METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

Art. 9º - De acordo com o § 2º, item II, do Art. 4º da LRF, o Demonstrativo 3 - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores, de Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal,



Dívida Pública Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, deverão estar instruídos com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da Política Econômica Nacional.

Parágrafo Único - Objetivando maior consistência e subsídio às análises, os valores devem ser demonstrados em valores correntes e constantes, utilizando-se os mesmos índices já comentados no Demonstrativo 1.

EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Art. 10 - Em obediência ao § 2º, inciso III, do Art. 4º da LRF, o Demonstrativo 4 - Evolução do Patrimônio Líquido, deve traduzir as variações do Patrimônio de cada Ente do Município e sua Consolidação.

Parágrafo Único - O Demonstrativo apresentará em separado a situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário.

ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS

Art. 11 - O § 2º, inciso III, do Art. 4º da LRF, que trata da Evolução do Patrimônio Líquido, estabelece também, que os recursos obtidos com a alienação de ativos que integram o referido patrimônio, devem ser reaplicados em despesas de capital, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência social, geral ou próprio dos servidores públicos. O Demonstrativo 5 - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos, deve estabelecer de onde foram obtidos os recursos e onde foram aplicados.

AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DA PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS

Art. 12 - Em razão do que está estabelecido no § 2º, inciso IV, alínea "a", do Art. 4º, da LRF, o Anexo de Metas Fiscais integrante da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, deverá conter a avaliação da situação financeira e atuarial do regime próprio dos servidores municipais, nos três últimos exercícios. O Demonstrativo 6 - Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos, seguindo o Modelo da Portaria nº 840/2016 da STN, estabelece um comparativo de Receitas e Despesas Previdenciárias, terminando por apurar o Resultado Previdenciário e a Disponibilidade Financeira do RPPS.



ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA

Art. 13 - Conforme estabelecido no § 2º, inciso V, do Art. 4º, da LRF, o Anexo de Metas Fiscais deverá conter um demonstrativo que indique a natureza da renúncia fiscal e sua compensação, de maneira a propiciar o equilíbrio das contas públicas.

§ 1º - A renúncia compreende incentivos fiscais, anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, etc.

§ 2º - A compensação será acompanhada de medidas provenientes do aumento da receita, elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO.

Art. 14 - O Art. 17, da LRF, considera obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

Parágrafo Único - O Demonstrativo 8 - Margem de Expansão das Despesas de Caráter Continuado, destina-se a permitir possível inclusão de eventuais programas, projetos ou atividades que venham caracterizar a criação de despesas de caráter continuado.

MEMÓRIA E METODOLOGIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DE RECEITAS, DESPESAS, RESULTADO PRIMÁRIO, RESULTADO NOMINAL E MONTANTE DA DÍVIDA PÚBLICA.

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DAS RECEITAS E DESPESAS.

Art. 15 - O § 2º, inciso II, do Art. 4º, da LRF, determina que o demonstrativo de Metas Anuais seja instruído com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores, e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da política econômica nacional.

Parágrafo Único - De conformidade com a Portaria nº 840/2016 da STN, a base de dados da receita e da despesa constitui-se dos valores da receita arrecadada e da despesa executada nos três exercícios anteriores e das previsões para 2018, 2019 e 2020.



METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DO RESULTADO PRIMÁRIO.

Art. 16 - A finalidade do conceito de Resultado Primário é indicar se os níveis de gastos orçamentários, são compatíveis com sua arrecadação, ou seja, se as receitas não-financeiras são capazes de suportar as despesas não-financeiras.

Parágrafo Único - O cálculo da Meta de Resultado Primário deverá obedecer à metodologia estabelecida pelo Governo Federal, através das Portarias expedidas pela STN - Secretaria do Tesouro Nacional, e às normas da contabilidade pública.

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DO RESULTADO NOMINAL.

Art. 17 - O cálculo do Resultado Nominal, deverá obedecer a metodologia determinada pelo Governo Federal, com regulamentação pela STN.

Parágrafo Único - O cálculo das Metas Anuais do Resultado Nominal, deverá levar em conta a Dívida Consolidada, da qual deverá ser deduzido o Ativo Disponível, mais Haveres Financeiros menos Restos a Pagar Processados, que resultará na Dívida Consolidada Líquida, que somada às Receitas de Privatizações e deduzidos os Passivos Reconhecidos, resultará na Dívida Fiscal Líquida.

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DO MONTANTE DA DÍVIDA PÚBLICA.

Art. 18 - Dívida Pública é o montante das obrigações assumidas pelo ente da Federação. Esta é representada pela emissão de títulos, operações de créditos e precatórios judiciais.

Parágrafo Único - Utiliza a base de dados de Balanços e Balancetes para sua elaboração, constituída dos valores apurados nos exercícios anteriores e da projeção dos valores para 2018, 2019 e 2020.



II - DAS PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Art. 19 - As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2018, estão definidas e demonstradas no Plano Plurianual de 2018 a 2021, compatíveis com os objetivos e normas estabelecidas nesta lei.

§ 1º - Os recursos estimados na Lei Orçamentária para 2018 serão destinados, preferencialmente, para as prioridades e metas estabelecidas nos Anexos do Plano Plurianual não se constituindo todavia, em limite à programação das despesas.

§ 2º - Na elaboração da proposta orçamentária para 2018, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta Lei, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita estimada, de forma a preservar o equilíbrio das contas públicas.

III - DA ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS

Art. 20 - O orçamento para o exercício financeiro de 2018 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo com seus respectivos Fundos, que recebam recursos do Tesouro e da Seguridade Social e será estruturado em conformidade com a Estrutura Organizacional estabelecida em cada Entidade da Administração Municipal.

Art. 21 - A Lei Orçamentária para 2018 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, especificando aqueles vínculos a Fundos, Autarquias, e aos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social, desdobradas as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias SOF/STN 42/1999 e 163/2001 e alterações posteriores, as quais deverão conter os Anexos exigidos nas Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional - STN.

Art. 22 - A Mensagem de Encaminhamento da Proposta Orçamentária de que trata o art. 22, Parágrafo Único, inciso I da Lei 4.320/1964, conterá todos os Anexos exigidos na legislação vigente.

IV - DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 23 - O Orçamento para exercício de 2018 obedecerá entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo, seus Fundos,



Órgão, Entidades da Administração Direta e Indireta, assim como a execução orçamentária obedecerá às diretrizes aqui estabelecidas.

Art. 24 - Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para 2018 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios e a projeção para os dois seguintes (art. 12 da LRF).

Parágrafo único - Até 30 dias antes do prazo para encaminhamento da Proposta Orçamentária ao Poder Legislativo, o Poder Executivo Municipal colocará à disposição da Câmara Municipal e do Ministério Público, os estudos e as estimativas de receitas para exercícios subsequentes e as respectivas memórias de cálculo (art. 12, § 3º da LRF).

Art. 25 - Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita poderá afetar o cumprimento das metas de resultado primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações e observadas a fonte de recursos, adotarão o mecanismo de limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, para as dotações abaixo (art. 9º da LRF):

- I - projetos ou atividades vinculadas a recursos oriundos de transferências voluntárias;
- II - obras em geral, desde que ainda não iniciadas;
- III - dotação para combustíveis, obras, serviços públicos e agricultura; e
- IV - dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.

Parágrafo único - Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, em cada fonte de recursos.

Art. 26 - As Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado em relação à Receita Corrente Líquida, programadas para 2018, poderão ser expandidas em até 5%, tomando-se por base as Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado fixadas na Lei Orçamentária Anual para 2017 (art. 4º, § 2º da LRF).

Art. 27 - Constituem Riscos Fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do Anexo Próprio desta Lei (art. 4º, § 3º da LRF).



Parágrafo único - Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos constantes de Artigo 43 da Lei Federal Nº 4.320/1964.

Art. 28 - O Orçamento para o exercício de 2018 destinará recursos para a Reserva de Contingência, não inferiores a 0,5% da Receita Corrente Líquida (art. 5º, III da LRF) e autorizar a abertura de Créditos Adicionais Suplementares de 100% do total da despesa fixada no orçamento de cada entidade.

§ 1º - Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, obtenção de resultado primário positivo se for o caso, e também para abertura de Créditos Adicionais Suplementares conforme disposto na Portaria MPO nº 42/1999, art. 5º e Portaria STN nº 163/2001, art. 8º (art. 5º III, "b" da LRF).

§ 2º - Os recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos fiscais, caso estes não se concretizem até o dia 01 de dezembro de 2018, poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que se tornaram insuficientes.

Art. 29 - Os investimentos com duração superior a 12 meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual (art. 5º, § 5º da LRF).

Art. 30 - O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal ou bimestral para as Unidades Gestoras, se for o caso (art. 8º da LRF).

Art. 31 - Os Projetos e Atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2018 com dotações vinculadas e fontes de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outras extraordinárias, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido (art. 8º, § parágrafo único e 50, I da LRF).

Art. 32 - A renúncia de receita estimada para o exercício de 2018, constante do Anexo Próprio desta Lei, não será considerada para efeito de cálculo do orçamento da receita (art. 4º, § 2º, V e art. 14, I da LRF).

Art. 33 - A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades privadas, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltadas



para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em lei específica (art. 4º, I, "f" e 26 da LRF).

Parágrafo único - As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo de 30 dias, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade municipal (art. 70, parágrafo único da Constituição Federal).

Art. 34 - Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o art. 16, itens I e II da LRF deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou sua dispensa/inexigibilidade.

Parágrafo único - Para efeito do disposto no art. 16, § 3º da LRF, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2018, em cada evento, não exceda ao valor limite para dispensa de licitação, fixado no item I do art. 24 da Lei nº 8.666 / 1993, devidamente atualizado (art. 16, § 3º da LRF).

Art. 35 - As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários, salvo projetos programados com recursos de transferência voluntária e operação de crédito (art. 45 da LRF).

Art. 36 - Despesas de competência de outros entes da federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na lei orçamentária (art. 62 da LRF).

Art. 37 - A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2018 a preços correntes.

Art. 38 - A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa / Modalidade de Aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN nº 163/2001.

Parágrafo único - A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação para outro, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, poderá ser feita por Decreto do Prefeito Municipal no âmbito do Poder Executivo e por Decreto Legislativo do Presidente da Câmara no âmbito do Poder Legislativo (art. 167, VI da Constituição Federal).

Art. 39 - Durante a execução orçamentária de 2018, se o Poder Executivo Municipal for autorizado por lei, poderá incluir novos projetos,



atividades ou operações especiais no orçamento das Unidades Gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2018 (art. 167, I da Constituição Federal).

Art. 40 - O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal, obedecerá ao estabelecido no art. 50, § 3º da LRF.

Parágrafo único - Os custos serão apurados através de operações orçamentárias, tomando-se por base as metas fiscais previstas nas planilhas das despesas e nas metas físicas realizadas e apuradas ao final do exercício (art. 4º, "e" da LRF).

Art. 41 - Os programas priorizados por esta Lei e contemplados no Plano Plurianual, que integrem a Lei Orçamentária de 2018 serão objeto de avaliação permanente pelos responsáveis, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios e avaliar seus custos e cumprimento das metas físicas estabelecidas (art. 4º, I, "e" da LRF).

V - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 42 - A Lei Orçamentária de 2018 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento à Despesas de Capital, observado o limite de endividamento, de até 50% das Receitas Correntes Líquidas apuradas até o final do semestre anterior a assinatura do contrato, na forma estabelecida na LRF (art. 30, 31 e 32).

Art. 43 - A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em lei específica (art. 32, Parágrafo Único da LRF).

Art. 44 - Ultrapassado o limite de endividamento definido na legislação pertinente e enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira (art. 31, § 1º, II da LRF).

VI - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 45 - O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa, poderão em 2018, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreira, corrigir ou aumentar a remuneração de servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou caráter temporário na forma de lei, observados os limites e as regras da LRF (art. 169, § 1º, II da Constituição Federal).

Parágrafo Único - Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na lei de orçamento para 2018.



Art. 46 - Ressalvada a hipótese do inciso X do artigo 37 da Constituição Federal, a despesa total com pessoal de cada um dos Poderes em 2018, Executivo e Legislativo, não excederá em Percentual da Receita Corrente Líquida, a despesa verificada no exercício de 2017, acrescida de 5%, obedecido o limite prudencial de 51,30% e 5,70% da Receita Corrente Líquida, respectivamente (art. 71 da LRF).

Art. 47 - Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal não excederem a 95% do limite estabelecido no art. 20, III da LRF (art. 22, parágrafo único, V da LRF).

Art. 48 - O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na LRF (art. 19 e 20):

- I - eliminação de vantagens concedidas a servidores;
- II - eliminação das despesas com horas-extras;
- III - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;
- IV - demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 49 - Para efeito desta Lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o art. 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo único - Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o "34 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização".

VII - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 50 - O Executivo Municipal, quando autorizado em Lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de empregos e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, devendo esses benefícios ser considerados no cálculo do orçamento da receita e serem



objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes (art. 14 da LRF).

Art. 51 - Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita (art. 14 § 3º da LRF).

Art. 52 - O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação (art. 14, § 2º da LRF).

VIII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 53 - O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o encerramento do período legislativo anual.

§ 1º - A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "caput" deste artigo.

§ 2º - Se o Projeto de Lei Orçamentária Anual não for encaminhado à sanção até o início do exercício financeiro de 2018, fica o Executivo Municipal autorizado a executar a proposta orçamentária na forma original, até a sanção da respectiva Lei Orçamentária Anual.

Art. 54 - Serão considerados legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivados por insuficiência de tesouraria.

Art. 55 - Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por Decreto do Executivo.

Art. 56 - O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta, para realização de obras ou serviços de competência ou não do Município.

Art. 57 - Poderá ser incluído no orçamento anual para o exercício financeiro de 2018, fixação para o custeio de despesas com polícia, cartório e poder judiciário, bem como concessão de refeições, doações e suprimentos de fundo, conforme preconiza o art. 62, I da Lei Complementar nº. 101.



§ 1º. A efetivação de gastos com polícia e poder judiciário, deverá ser precedida de celebração de convênio.

§ 2º. As refeições e lanches, quando necessárias - inclusive em datas comemorativas, serão concedidas em reuniões com autoridades de outras esferas administrativas, com membros da edilidade municipal, secretários e servidores públicos municipais.

§ 3º. As doações serão concedidas em caso de extrema necessidade, com controle e acompanhamento da Secretaria de Assistência Social, através de processo devidamente formalizado.

Art. 58 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

PAÇO DA LIBERDADE DA PREFEITURA MUNICIPAL DO ARACATI, aos dezoito dias do mês de julho do ano de dois mil e dezessete.


BISMARCK COSTA LIMA PINHEIRO MAIA
Prefeito Municipal do Aracati



ANEXO AÇÕES PRIORITÁRIAS – LDO 2018

Câmara Municipal de Aracati

- ✓ Manutenção das Atividades do Legislativo Municipal
- ✓ Acessibilidade às pessoas com necessidades especiais

Gabinete do Prefeito

- ✓ Manutenção de Programas de Prevenção às Drogas
- ✓ Manutenção da Coordenadoria de Políticas Públicas da Juventude
- ✓ Manutenção da Coordenadoria de Associativismo
- ✓ Manutenção das Atividades do Gabinete do Prefeito
- ✓ Manutenção da Controladoria Geral do Município
- ✓ Convênio de Operações com Entidades Públicas e Privadas
- ✓ Manutenção da Política Pública Municipal sobre Drogas
- ✓ Manutenção da Política Pública Municipal de Direito Humanos
- ✓ Manutenção da Casa de Apoio em Fortaleza
- ✓ Manutenção da Procuradoria Geral do Município
- ✓ Manutenção das Atividades da Defesa Civil
- ✓ Manutenção do Programa FESTEJAR
- ✓ Divulgação das Políticas Públicas e dos Programas e Ações do Município
- ✓ Manutenção do Programa Enem Aracati
- ✓ Convênio com Casas de Apoio e de Reabilitação

Sec. de Planejamento e Administração

- ✓ Manutenção das Atividades da Secretaria de Administração e Planejamento
- ✓ Criar e Instalar o Conselho da Cidade
- ✓ Estruturação e Modernização do Arquivo Público
- ✓ Realização de Concurso Público e Processo Seletivo Simplificado

Fundo Municipal de Seguridade Social

- ✓ Manutenção do Sistema de Previdência do Município
- ✓ Pagamento de Beneficiários Previdenciários
- ✓ Reserva de Contingência

Secretaria de Finanças

- ✓ Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Finanças
- ✓ Modernização da Administração Tributária Municipal
- ✓ Amortização da Dívida Pública Municipal Contratada
- ✓ Contribuições para Formação do PASEP
- ✓ Pagamento de Precatórias



Sec. de Desenv. Econ. Agrário e da Pesca

- ✓ Manutenção das Ativ. da Sec. de Desenv. Econômico, da Agricultura e da Pesca
- ✓ Apoio às Ações da Atividade Pesqueira
- ✓ Apoio as Ações de Empreendedorismo Local
- ✓ Dragagem/Aprofundamento de Lagoas
- ✓ Manutenção do Programa de Perenização de Lagoas
- ✓ Apoio ao Desenvolvimento da Fruticultura
- ✓ Apoio ao Desenvolvimento do Agronegócio e Agricultura
- ✓ Programa de Apoio a Agricultura Familiar
- ✓ Programa de Apoio a Pesca Artesanal
- ✓ Construção do Galpão dos Pescadores da Comunidade de Marjorlandia

Fundo Municipal de Cultura - FMC

- ✓ Divulgação da Políticas e Ações e Programas da Cultura
- ✓ Restauração do Prédio da Biblioteca Monsenhor Bruno
- ✓ Conservação e Preservação do Patrimônio Cultural, Histórico e Arquitetônico
- ✓ Manutenção da Biblioteca Pública Monsenhor Bruno
- ✓ Manutenção do Cine Teatro Francisca Clotilde
- ✓ Incentivo à Promoção e Valorização das Atividades de Grupos Culturais
- ✓ Manutenção do Festival de Arte e Cultura
- ✓ Implantação do Programa Municipal Bolsa Cultura
- ✓ Implantação do Programa de Apoio ao Artista Popular Local
- ✓ Realização do Carnaval Cultural do Município
- ✓ Manutenção da Banda de Música Jacques Klein

Fundo Municipal de Turismo – FMT

- ✓ Manutenção e Funcionamento da Secretaria de Turismo e Cultura
- ✓ Premiações para Eventos Turísticos
- ✓ Promoção e Realização do Carnaval de Praia e de Rua
- ✓ Divulgação das Políticas Públicas, os Programas e Ações do Turismo

Fundo Municipal de Educação

- ✓ Manutenção das Atividades da Secretaria de Educação
- ✓ Manutenção e Fortalec. dos Conselhos CNS, CAE e CNACS e Conselhos Escolares
- ✓ Divulgação e promoção das Políticas Públicas de Educação
- ✓ Const., Amplia. E Reforma de Unidades Esc. E Quadras Poliesportivas do EF
- ✓ Manutenção do Programa Dinheiro Direto na Escola
- ✓ Manutenção do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE



- ✓ Manutenção do Programa de Transporte Escolar
- ✓ Programa de Distribuição de Fardamento para Alunos do Ensino Fundamental
- ✓ Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental
- ✓ Implantação do Programa Inclusão Digital nas Escolas
- ✓ Transporte Escolar do Ensino Médio
- ✓ Construção, Ampliação e Reforma dos Centros de Educação Infantil
- ✓ Manutenção e desenvolvimento da Educação Infantil
- ✓ Programa de Distribuição de Fardamento para Alunos da Educação Infantil
- ✓ Implantação do Centro de Educação de Jovens e Adultos
- ✓ Manutenção e Desenvolvimento da Educação de Jovens e Adultos
- ✓ Manutenção do Programa “Por Onde Andas Meu Aluno”
- ✓ Manutenção do Programa “ARACATI CIDADE EDUCADORA”
- ✓ Implantação do Programa “Nossa Escola é um Sucesso”
- ✓ Implantação do Programa “PROFESSOR EXCELÊNCIA”
- ✓ Implantação do Programa “ALUNO EXCELÊNCIA”
- ✓ Implantação do Programa “Comunidade dentro da Escola”

FUNDEB

- ✓ Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental – FUNDEB 40%
- ✓ Remuneração do Pessoal do Magistério do Ensino Fundamental – FUNDEB 60%
- ✓ Manutenção do Transporte Escolar – FUNDEB 40%
- ✓ Manutenção e Desenvolvimento da Educação Infantil FUNDEB 40%
- ✓ Manutenção e Desenvolvimento da Educação de Jovens e Adultos – FUNDEB 40%
- ✓ Manutenção do Programa Zumbi de Desenvolvimento das Aprendizagens

Secretaria de Infraestrutura e Urbanismo

- ✓ Manutenção das Atividades da Secretaria de Infraestrutura e Urbanismo
- ✓ Desapropriação de Imóveis
- ✓ Apoio ao Tiro de Guerra
- ✓ Apoio e Regularização Fundiária em Áreas Urbanas e Rurais
- ✓ Construção, Ampliação e Reforma de Prédios Públicos
- ✓ Construção, Ampliação e Reforma de Cemitérios Públicos
- ✓ Construção, Ampliação e Reforma de Praças e Parques Públicos
- ✓ Reforma do Terminal Rodoviário Municipal
- ✓ Obras de Infraestrutura no Distrito Industrial
- ✓ Const., Amplia. E Reforma de Pavimentação de Ruas, Avenidas e Comunidades Rurais
- ✓ Revitalização das Margens do Rio Jaguaribe



- ✓ Implantação da Usina de Resíduos Sólidos
- ✓ Construção, Ampliação e Reforma do Abatedouro Público
- ✓ Implantação de Programas de Sinalização Turística
- ✓ Confecção de Placas com as Denominações das Ruas e Logradouros Públicos
- ✓ Manutenção da Limpeza Pública
- ✓ Manutenção da Iluminação Pública
- ✓ Manutenção do Abatedouro Público
- ✓ Coleta e Destinação dos Resíduos do Hospital Municipal com Riscos Biológicos
- ✓ Ampliação da Rede de Abastecimento D'água
- ✓ Sinalização e Obras e Infraestrutura e Gerenciamento do Trânsito
- ✓ Manutenção da Rede de Drenagem e Saneamento
- ✓ Construção e Ampliação da Rede de Saneamento e Drenagem
- ✓ Construção de Kits Sanitários
- ✓ Implantação de Coleta Seletiva
- ✓ Ações de Combate a Seca
- ✓ Ampliação da Rede de Distribuição de Energia Elétrica na Sede e Zona Rural
- ✓ Construção e Recuperação de Estradas Vicinais
- ✓ Construção de Açudes e Passagens Molhadas
- ✓ Construção do Galpão de Pescadores na Praia de Majorlândia

Fundo M. de Habitação de Interesse Social

- ✓ Construção e Melhoria de Unidades Habitacionais

Fundo Municipal de Assistência Social

- ✓ Apoio e Conferência a Seminários e Fóruns
- ✓ Manutenção das Atividades da Secretaria de Assistência Social, Trabalho e Renda
- ✓ Manutenção do Conselho Tutelar
- ✓ Manut. Da Unid. De Acolhimento para Crianças e Adoles. Vítimas de Violência
- ✓ Manutenção e Descentralização do Cadastro Único – CADUNICO/IGD/PBF
- ✓ Manutenção das Ações do IGD/SUAS
- ✓ Implantação da Educação Permanente do Trabalhador do SUAS
- ✓ Manutenção e Fortalecimento dos Conselhos Municipais da Assist. Social
- ✓ Manutenção do Plano de Comunicação e MKT do SUAS
- ✓ Manutenção das Ações Socioeducativas do PLHIS
- ✓ Const./Amp/Ref. Da Unidade de Acolhimento para Criança/Adolesc. Vit. De Violência
- ✓ Construção, Ampliação e Reforma dos CRAS e Equipamentos Sociais



- ✓ Ampliação, Reforma e Equipamento da Cozinha Comunitária
- ✓ Concessão de Benefícios Eventuais
- ✓ Manutenção dos CRAS e Equipamentos Sociais – PAIF
- ✓ Manutenção e Funcionamento da Cozinha Comunitária
- ✓ Manutenção do Programa “Estação Família”
- ✓ Projeto de Apoio a Pessoa com Deficiência em Domicílio
- ✓ Implantação do Programa “Aracati sem Miséria”
- ✓ Implantação do Programa “Tenho um Nome e Sobrenome”, Sou Aracatiense
- ✓ Manutenção do ACESSUAS
- ✓ Manutenção dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV
- ✓ Manutenção do CRAS/Serviço de Proteção e Atend. Integral as Famílias PAIF(FEAS)
- ✓ Construção, Ampliação e Reforma de Unidades Produtivas
- ✓ Manutenção do CREAS/Ser. De Prot. E Atend Especial as Famílias e Indivíduos- PAEFI
- ✓ Manut. Dos Serv. de Prot. E Atendimento Especializado Família PAEFI/FEAS
- ✓ Manutenção dos Serviços Especializados em Abordagem Social
- ✓ Manut. Dos Serv. de Proteção Social Especial (Liberdade, Assistida e PSC)
- ✓ Manutenção do Serviço de PSE para Pessoa com Deficiência e Idoso e suas Famílias
- ✓ Manutenção da Ações Estratégicas do PETI – AEPETI
- ✓ Imp. Proj. “Mulher Empreendedora” e Manut. Prog. De Geração de Emprego e Renda
- ✓ Apoio ao Artesanato Local
- ✓ Apoio as Ações do BPC
- ✓ Manutenção das Unidades Produtivas

F.M.de Assist. a Criança e ao Adolescente

- ✓ Construção e Implantação de Abrigo para Crianças e Adolescentes
- ✓ Programa Fazendo Arte por Meio de uma Cultura Cidadã
- ✓ Man. E Fortalec. de Ativ. De Artes, Cult Esporte e Lazer dos Serv. de Convivência

Fundo Municipal do Idoso

- ✓ Manutenção do Centro de Conviv. e Fortalec. de Vínculos Eterno Aprendiz
- ✓ Realização de Diagnóstico sobre o Perfil do Idoso do Município

Fundo Municipal de Saúde

- ✓ Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Saúde



- ✓ Manutenção e Fortalecimento do Conselho Municipal de Saúde
- ✓ Manutenção dos Serviços "Ouvidor" do SUS
- ✓ Construção, Ampliação e Reforma de Unidades Básicas de Saúde
- ✓ Manutenção e Funcionamento dos Programas da Atenção Básica
- ✓ Implantação e Implementação da Rede Informatizada nas UBASF
- ✓ Manutenção do Programa Mais Médicos
- ✓ Ampliação e Reforma do Hospital Municipal Dr. Eduardo Dias
- ✓ ~~Implantação do Centro de Hemodiálise (VETADO)~~
- ✓ Manutenção da Estação da Atenção da Criança
- ✓ Manutenção e Funcionamento do Centro de Saúde Sexual e Reprodutivo
- ✓ Manutenção e Funcionamento do Hospital Dr. Eduardo Dias
- ✓ Manutenção e Funcionamento do CEREST
- ✓ Manutenção e Funcionamento da Unidade de Pronto Atendimento – UPA
- ✓ Manutenção e Funcionamento dos Serviços e Ações de Saúde Mental
- ✓ Contribuição Financeira para o SAMU
- ✓ Programa de Apoio a Entidades não Governamentais
- ✓ Manutenção do Consórcio para Funcionamento da Policlínica e CEO
- ✓ Manutenção da Farmácia Popular
- ✓ Manutenção do Programa de Assistência Farmacêutica Básica
- ✓ Manutenção e Funcionamento da Assistência Farmacêutica Especializada
- ✓ Manutenção da Vigilância Sanitária
- ✓ Man. Dos Serviços de Vigilância Epidemiológicas, Controle de Endemias e Zoonoses

Fundo Municipal de Políticas s/ Drogas

- ✓ Implant. E Manut. Da Casa de Recuperação de Pessoas com Dependência Química

Secretaria de Meio Ambiente

- ✓ Manutenção e Funcionamento do Programa Guarda Vidas na Orla
- ✓ Manutenção da Secretaria de Meio Ambiente
- ✓ Construção e Recuperação de Áreas de Proteção Ambiental – Projeto Orla
- ✓ Promover a Pres., Conserv. E Recup. E Uso Sust. Do Ecossistema e Recursos Naturais
- ✓ Implantar o Plano Municipal de Desenvolvimento Ambiental Sustentável
- ✓ Promoção do Eco Turismo Associado a Conservação de Bens e Serviços
- ✓ Implantar e Manter o Conselho de Meio Ambiente
- ✓ Implementar o Programa Municipal de Educação Ambiental
- ✓ Criação e Manutenção de Oficinas de Capacitação dos Profissionais da

20 de 21



Orla

Fundo Municipal do Esporte

- ✓ Manutenção e Funcionamento da Secretaria de Esporte e Lazer
- ✓ ~~Ampliação e~~(VETADO) Concessão do Programa Bolsa Atletas
- ✓ Construção, Ampliação e Reforma de Quadras e Ginásio Poliesportivo
- ✓ Apoio ao Desporto Amador
- ✓ Ampliação e Reforma do Estádio Municipal
- ✓ Manutenção do Estádio Municipal
- ✓ ~~Construção da Vila Olímpica~~(VETADO)

Sec. de Segurança Pública e Cidadania

- ✓ Manutenção das Atividades da Secretaria de Segurança Pública e Cidadania
- ✓ Manutenção e Funcionamento da Guarda Municipal
- ✓ Manutenção do Programa Resgate
- ✓ Manutenção do Departamento Municipal de Trânsito – DEMUTRAN
- ✓ Construção da Sede da Guarda Municipal e Resgate Municipal
- ✓ Manutenção e Ampliação dos serviços da Guarda Municipal e Resgate Municipal
- ✓ Implantação de sinalização nas Dunas e Passeios de Buggy de Canoa Quebrada

Reserva de Contingência

- ✓ Reserva de Contingência

PAÇO DA LIBERDADE DA PREFEITURA MUNICIPAL DO ARACATI, aos vinte e cinco dias do mês de julho do ano de dois mil e dezessete.

BISMARCK COSTA LIMA PINHEIRO MAIA
Prefeito Municipal do Aracati